

Fundação Telefônica

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025,
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 266QU-063-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Conselheiros e Administradores da
Fundação Telefônica
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Telefônica (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Telefônica em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, considerando a interpretação técnica geral aplicável às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e considerando a interpretação técnica geral aplicável às entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de junho de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Clayton da Silva Codo
Contador CRC 1SP-234-906/O-1

Fundação Telefônica

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Recursos vinculados a projetos	4	23.556.267	21.696.646
Ativo atuarial líquido - plano de pensão	19.1	17.233	18.954
Adiantamentos a empregados	-	314.234	163.479
Total do ativo circulante		23.887.734	21.879.079
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	10.1	307.277	-
Total do ativo não circulante		307.277	-
Total do ativo		24.195.011	21.879.079

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Telefônica

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	5	3.886.361	3.418.164
Obrigações trabalhistas	6	3.113.719	2.885.210
Impostos, taxas e contribuições a recolher	7	810.594	62.403
Projetos vinculados a executar	8	6.562.830	7.383.463
Rendimentos de aplicações financeiras a destinar (projetos)	9	9.305.313	7.698.724
Outras obrigações	-	385	647
Total do passivo circulante		23.679.202	21.448.610
Passivo não circulante			
Passivo atuarial - plano de assistência médica	19.2	549.384	-
Total do passivo não circulante		549.384	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social	-	(33.575)	400.000
Superávit acumulado	-	-	30.469
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(33.575)	430.469
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		24.195.011	21.879.079

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Telefônica

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais com restrições			
Contribuições e doações de custeio da atividade	-	15.559.514	16.212.099
Doações para projetos	-	30.611.044	34.224.986
Total receita das atividades com restrições	13	46.170.558	50.437.085
Trabalhos voluntários	17	87.340	99.167
Gratuidades obtidas - despesas de estrutura	18	257.591	247.243
Total		344.931	346.410
Total das receitas operacionais		46.515.489	50.783.495
Despesas operacionais com restrições			
Despesas gerais e administrativas	14	(33.577.297)	(36.982.339)
Despesas com pessoal	15	(12.391.871)	(13.270.029)
Total das despesas operacionais com restrições		(45.969.168)	(50.252.368)
Trabalhos voluntários	17	(87.340)	(99.167)
Gratuidades obtidas - despesas de estrutura	18	(257.591)	(247.243)
Total		(344.931)	(346.410)
Total das despesas operacionais		(46.314.099)	(50.598.778)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		201.390	184.717
Resultado financeiro com restrições			
Receitas financeiras	16	173.191	2.239
Despesas financeiras	16	(119.194)	(186.956)
Resultado Financeiro com restrições		53.997	(184.717)
Superávit do exercício		255.387	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Telefônica

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Superávit do exercício	255.387	-
Outros resultados abrangentes		
Perdas atuariais não realizados - Plano de benefício de saúde pós-emprego - exercícios anteriores	(665.859)	-
Perdas atuariais não realizados - Plano de benefício de saúde pós-emprego	(54.146)	
Perdas atuariais não realizados - Plano Visão Multi	574	(404)
Total do resultado abrangente do exercício	(464.044)	(404)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Telefônica

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	400.000	30.873	430.873
Perdas atuariais líquidas e efeito do limitador do ativo	-	(404)	(404)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	400.000	30.469	430.469
Incorporação do superávit ao patrimônio social - 2024	30.469	(30.469)	-
Superávit do exercício	-	255.387	255.387
Perdas atuariais líquidas - Plano de benefício de saúde pós-emprego - de exercícios anteriores	(665.859)	-	(665.859)
Perdas atuariais líquidas - Plano de benefício de saúde pós-emprego	(54.146)	-	(54.146)
Ganhos atuariais líquidos - Plano Visão Multi	574	-	574
Incorporação do superávit ao patrimônio social	255.387	(255.387)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025 (passivo a descoberto)	(33.575)	-	(33.575)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Telefônica

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	255.387	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Planos de benefícios pós-emprego - plano de assistência médica	(170.621)	-
Plano de previdência - visão multi	2.295	(404)
Superávit ajustado antes das variações nos ativos e passivos	87.061	(404)
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(1.859.621)	(2.866.055)
Créditos com empresas ligadas	-	13.666
Adiantamentos a empregados	(150.755)	11.187
Ativo atuarial líquido - plano de pensão	-	2.940
Depósitos Judiciais	(307.277)	-
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores	468.197	(1.510.469)
Obrigações trabalhistas	228.509	(79.804)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	748.191	7.512
Projetos vinculados a executar	(820.633)	4.316.131
Rendimentos de aplicações financeiras a destinar (projetos)	1.606.589	49.610
Outras obrigações	(261)	55.686
Fluxo de caixa decorrente das (aplicado nas) atividades operacionais	-	-
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-
No início do período	-	-
No fim do período	-	-
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Fundação Telefônica (“Fundação”) é uma entidade jurídica de direito privado, de natureza cultural e com fins não econômicos, instituída pelas empresas Telefônica Brasil S.A. (anteriormente Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp), sociedade estabelecida no Brasil, e Fundación Telefónica, fundação cultural privada, de caráter permanente e com fins não econômicos, organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madri.

É prática de gestão da Fundación Telefónica (Espanha) firmar Convênio com as Fundações por ela apoiadas, no qual se estabelecem regras de governança a serem cumpridas pelas partes, bem como o compromisso de aporte de recursos. Nesse sentido, em 13 de abril de 2023, foi firmado o Convênio Marco de Colaboração entre Fundación Telefónica e Fundação Telefônica Brasil e em abril de 2026 sua vigência foi prorrogada passando a ser 31 de dezembro de 2026, tendo como objetivo regular o desenvolvimento dos distintos projetos no Brasil, bem como assegurar os recursos financeiros necessários. Do mesmo modo em abril de 2026 foi firmado o Convênio Marco de Colaboração com a Fundación Profuturo, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

O orçamento aprovado da Fundação Telefônica Brasil para o ano de 2026 assegura a continuidade de suas operações em níveis equivalentes aos realizados nos anos anteriores.

A Fundação iniciou suas atividades em 22 de janeiro de 1999, tendo como objetivos sociais:

- Favorecer o desenvolvimento da educação e da igualdade de oportunidade entre as pessoas, de forma gratuita, observando-se a forma complementar de participação das organizações da sociedade civil de interesse público, nos termos do artigo 3º, III, da Lei nº 9.790/99, mediante a aplicação de novas tecnologias de informação nos processos de aprendizado;
- Contribuir para a melhoria das condições de vida dos grupos sociais menos favorecidos, como crianças, idosos ou deficientes, mediante estudo e desenvolvimento de aplicações sociais e de saúde, de forma gratuita;
- Contribuir exclusivamente com programas de desenvolvimento destinados às camadas menos favorecidas da população e conduzidos por entidades sem fins lucrativos e de alto prestígio na comunidade em que tais programas se desenvolverem; e
- Favorecer e contribuir para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais.

Os seus objetivos sociais são desenvolvidos por meio de patrocínio direto de projetos aprovados pela Fundação ou por meio da intermediação de recursos das instituidoras e de outras empresas do Grupo Telefônica para projetos que atendam aos seus objetivos.

A Fundação é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 –, um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, cuja finalidade é reconhecer juridicamente organizações privadas sem fins lucrativos que atuam em atividades de interesse público e permitir que elas firmem Termos de Parceria com o Poder Público (federal, estadual e municipal) e permitir que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda.

A Fundação obteve um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento decertos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas.

Em contrapartida, pode celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, que são uma alternativa aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas.

A renovação da qualificação como Oscip está condicionada à prestação de contas anual, conforme determina a Portaria SNJ nº 24 de 11 de outubro de 2007, publicada no DOU de 15 de outubro de 2007. Caso a Fundação não apresente prestação de contas anual não perde a qualificação automaticamente, mas fica em situação irregular. As empresas não poderão deduzir as doações que fizerem a essas entidades, nos termos da MP nº 2158-35/01. Até a data de emissão das demonstrações contábeis, a Fundação encontrava-se em processo de organização da documentação para envio ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, visando à renovação da qualificação como Oscip.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Fundação, findas em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas de acordo com a norma NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1255/09, e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria administrativo-financeira em 30 de junho de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota Explicativa nº 19 – mensuração de obrigações de benefícios definidos; principais premissas atuariais.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Fundação durante todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na datada negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação tem seus ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras obrigações.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2025 e 2024, incluindo operações de *hedge*.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c) Recursos vinculados a projetos

Correspondem aos saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados nos projetos previamente aprovados para fazer frente às obrigações do convênio.

Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com vencimentos originais de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

d) Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados do Convênio de Colaboração originados de contrato com a Fundação Telefônica e Telefônica Brasil são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos

Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito em caixa e equivalentes de caixa restrito, no ativo, e o crédito de projetos vinculados a executar, no passivo circulante.

- Consumo como despesa

Quando ocorrem os gastos do Convênio de Colaboração e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

e) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A administração da Fundação não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de provisão.

f) Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A Fundação estabeleceu como diretriz que qualquer ocorrência de transação que possua esse tipo de natureza seja reconhecida em conta de “Rendimento de aplicações financeiras a destinar” no passivo em vez de ser reconhecida no resultado, até que a administração da Fundação delibere sobre a destinação na aplicação em projetos a serem selecionados, uma vez que os valores das receitas financeiras estão vinculados aos contratos de Convênio de Colaboração originados com a Fundación Telefónica e Telefônica Brasil.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

i) Gerenciamento de risco financeiro

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- **Risco de liquidez; e**
- **Risco de mercado.**

A Fundação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Fundação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 19.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados para definir limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação.

j) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Fundação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos apresentados na Nota Explicativa nº 19. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

k) Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, a Fundação valoriza as receitas com trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração e conselho fiscal, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração o montante que a Fundação pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalho voluntário são reconhecidas em contrapartida às despesas operacionais, ambas no resultado do exercício.

l) Gratuidades obtidas

As receitas com gratuidades obtidas são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com gratuidades obtidas são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas com serviços, também no resultado do exercício.

m) Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Representa o patrimônio líquido inicial da Fundação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Fundação.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a norma contábil aplicável às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

o) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A Fundação patrocina individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

A Fundação administra e patrocina, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/1998 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30ª e 31ª da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio social (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal – NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Fundação e não podem ser pagos diretamente à Fundação. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para o patrimônio social no patrimônio líquido.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Recursos vinculados a projetos

	31/12/2025	31/12/2024
Banco conta movimento	6.985.146	188.467
Aplicações financeiras	16.571.121	21.508.179
Total	23.556.267	21.696.646

Referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Fundação que serão utilizados exclusivamente nos projetos a executar, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 99,5% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 2025 e em 2024.

5. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores - publicidade, propaganda e pesquisas	717.576	485.647
Fornecedores - serviços de terceiros	1.744.504	1.657.495
Fornecedores - outros	1.424.281	1.275.022
Total	3.886.361	3.418.164

6. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias e encargos sobre férias	975.846	987.985
Bonificação a pagar - empregados	547.525	502.989
Salários e encargos sociais	682.526	574.970
Bonificação a pagar - executivos	907.822	819.266
Total	3.113.719	2.885.210

7. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos retidos	48.045	62.403
Provisão de Cofins sobre aplicação financeira (a)	762.549	-
Total	810.594	62.403

(a) Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação reconheceu provisão contábil no montante de R\$ 762.549 referente à incidência de Cofins sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos em períodos anteriores e no exercício corrente.

O reconhecimento dessa provisão decorre da reavaliação, pela Administração, do tratamento tributário aplicável aos rendimentos de aplicações financeiras, com base na legislação tributária vigente, em seus desdobramentos interpretativos e no entendimento manifestado por seus assessores jurídicos externos, incluindo os efeitos da Solução COSIT nº 33/2025.

A provisão foi mensurada considerando os rendimentos de aplicações financeiras auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e os períodos anteriores ainda sujeitos à exigibilidade tributária, abrangendo, substancialmente, os últimos cinco anos, conforme avaliação jurídica da Administração.

A Administração concluiu pelo reconhecimento contábil da obrigação em 31 de dezembro de 2025 baseado na evolução do entendimento técnico-jurídico acerca do tema e na recomendação de seus consultores jurídicos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Projetos vinculados a executar

A seguir, apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Fundação, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Movimentação período de 2025

	Saldos em 01/01/2025	Valores recebidos	Receitas financeiras (g)	Consumo	Saldos em 31/12/2025
Pro Futuro (a)	424.601	14.523.169	400.000	(14.423.768)	924.002
Pense Grande Tech (b)	1.236.946	7.895.822	-	(8.054.987)	1.077.781
Voluntariado (c)	480.409	5.219.057	80.299	(5.237.574)	542.191
Mobilização (d)	1.600.961	2.280.904	-	(2.394.715)	1.487.150
Organização (e)	1.785.896	14.402.699	-	(15.304.127)	884.468
Ações humanitárias (f)	1.647.238	-	500.000	(500.000)	1.647.238
Outras doações a destinar	207.412	47.975	-	(255.387)	-
Total projetos a executar	7.383.463	44.369.626	980.299	(46.170.558)	6.562.830

Movimentação período de 2024

	Saldos em 01/01/2024	Valores recebidos	Receitas financeiras (g)	Consumo	Saldos em 31/12/2024
Pro Futuro (a)	(2.803.261)	16.193.626	1.019.000	(13.984.764)	424.601
Pense Grande Tech (b)	683.130	10.327.319	-	(9.773.503)	1.236.946
Voluntariado (c)	236.399	7.177.735	-	(6.933.725)	480.409
Mobilização (d)	1.330.216	2.941.125	-	(2.670.380)	1.600.961
Organização (e)	1.894.518	16.103.477	-	(16.212.099)	1.785.896
Ações humanitárias (f)	1.647.238	-	862.614	(862.614)	1.647.238
Outras doações a destinar	79.092	128.320	-	-	207.412
Total projetos a executar	3.067.332	52.871.602	1.881.614	(50.437.085)	7.383.463

- **Valores recebidos** – referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Consumo** – referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social (Nota 13).
- **Receitas financeiras** – montantes advindos de rendimento de aplicação financeira destinada a projetos.

A seguir, apresentamos a natureza dos projetos vinculados:

a) Profuturo

O ProFuturo é o principal programa de educação global da Fundação Telefônica, criado em parceria com a Fundação “la Caixa”, com a missão de reduzir a desigualdade educacional no mundo por meio de um ensino digital de qualidade.

Com a expectativa de ser uma referência mundial e alinhado ao objetivo 4 da agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, o programa tem o objetivo de reduzir a desigualdade educacional e melhorar a qualidade do ensino para milhões de crianças em regiões vulneráveis da América Latina, Caribe, África e Ásia.

Por meio da tecnologia, o programa amplia seu alcance e impacto ao utilizar metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem digital para desenvolver competências digitais. Essa abordagem capacita professores, estudantes e gestores escolares para enfrentar os desafios do século XXI.

b) Pense Grande Tech

O Programa Pense Grande Tech é a iniciativa da Fundação Telefônica Vivo voltada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cujo foco principal é preparar o estudante do Ensino Médio para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

O programa funciona em parceria com as Secretarias de Educação dos estados e tem o objetivo de contribuir para que estudantes do Ensino Médio de escolas públicas tenham uma formação que alinhe o desenvolvimento de competências digitais, competências técnicas e as demandas do mundo do trabalho.

c) Voluntariado

O Programa de Voluntariado é uma iniciativa global do Grupo Telefônica. No Brasil, o objetivo é incentivar os colaboradores da Fundação e da Vivo, de todas as regiões do país, a se envolverem em ações de impacto social, com foco em contribuir para a redução de desigualdades.

d) Mobilização

Nossas ações de mobilização visam potencializar o posicionamento institucional da Fundação Telefônica no nosso propósito de Educar para Transformar, reafirmando nossa ambição de ser referência da inclusão digital na educação pública brasileira, por meio eventos, estudos, pesquisas e avaliações.

e) Organização

Consideram-se gastos de organização aqueles destinados a atender as ações transversais para o funcionamento da Fundação, incluindo custo com pessoal próprio, despesas gerais e administrativas.

f) Ações humanitárias

Em 2024 o Rio Grande do Sul viveu uma de suas piores tragédias climáticas que afetou cerca de 417 municípios. Em todo o estado foram mais de 1.400.000 pessoas afetadas. Por esse motivo a Fundação Telefônica iniciou uma ação emergencial através da qual realizou a doação de cestas básicas, kits de higiene, limpeza e cobertores. Além disso, a Fundação Telefônica apoiou o governo do estado, por meio da secretaria da educação, prestando apoio socioemocional para os professores, acolhimento aos estudantes e aquisição de equipamentos essenciais para as escolas atingidas, cujas ações se iniciaram em 2024 e continuaram em 2025.

g) Rendimentos de aplicações financeiras a destinar.

9. Rendimentos de aplicações financeiras a destinar (projetos)

Saldo em 31/12/2023	7.649.115
Rendimento de aplicação financeira do exercício	1.931.224
Valores deliberados (vide Nota Explicativa nº 8)	(1.881.615)
Saldo em 31/12/2024	7.698.724
Rendimento de aplicação financeira do exercício	2.586.888
Valores deliberados (vide Nota Explicativa nº 8)	(980.299)
Saldo em 31/12/2025	9.305.313

A Fundação reconhece o rendimento de aplicações financeiras de recursos de projetos como recurso restrito ao respectivo projeto, registrando-o na rubrica de “Receita de aplicação financeira a destinar”, no passivo circulante, até a deliberação da Administração da Fundação sobre sua destinação em projetos a serem selecionados, uma vez que os valores das receitas financeiras estão vinculados aos contratos de Convênio de Colaboração originados com a Fundação Telefônica e Telefônica Brasil.

10. Provisão para demandas judiciais

A Fundação, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências com base nas avaliações de risco de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Fundação não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, tributário e trabalhista com o risco de perda classificado como provável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos com risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação está envolvida em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada como possível, no montante de R\$ 2.174.210 (R\$ 379.789 em 31 de dezembro de 2024).

10.1 Depósitos judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais – Trabalhistas	52.534	-
Depósitos judiciais – Civil (a)	254.744	-
Total	307.277	-

(a) Refere-se a depósito de garantia em processo judicial impetrado por autoridade municipal, com decisão preliminar favorável à Fundação. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia o processo como de risco remoto de perda e provável recuperação dos recursos depositados.

11. Partes relacionadas

A Fundação mantém relacionamento institucional e operacional com suas instituidoras e entidades vinculadas ao desenvolvimento de seus projetos sociais, notadamente Telefônica Brasil S.A., Fundación Telefónica e Fundación ProFuturo. Essas relações ocorrem, principalmente, por meio de convênios de colaboração, doações para custeio e execução de projetos, bem como cessão de infraestrutura e outras gratuidades necessárias ao desenvolvimento das atividades da Fundação.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal das atividades da Fundação, observando sua finalidade institucional, seus instrumentos contratuais e a governança aplicável, sendo registradas contabilmente de acordo com a natureza de cada operação.

11.1. Principais partes relacionadas

As principais partes relacionadas da Fundação são:

- Telefônica Brasil S.A., instituidora e mantenedora, com a qual a Fundação mantém convênios de colaboração e recebe aportes destinados ao custeio e à execução de projetos bem como relacionamento relacionado à cessão de infraestrutura e apoio institucional.
- Fundación Telefónica, instituidora, com a qual a Fundação mantém convênios de colaboração e recebe aportes destinados ao custeio e à execução de projetos.
- Fundación ProFuturo, com a qual a Fundação mantém convênios e recebe aportes destinados a projetos educacionais.
- Pessoal-chave da administração, entendido como o grupo de executivos com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Fundação.

11.2. Transações com partes relacionadas que impactam o resultado – Total de receitas

As principais transações com partes relacionadas reconhecidas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão resumidas a seguir:

Natureza da transação	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Contribuições e doações de custeio da atividade	13	15.304.127	16.212.099
Doações para projetos	13	30.611.044	34.224.986
Gratuidades obtidas – despesas de estrutura	18	257.591	247.243
Total		46.172.762	50.684.328

As contribuições e doações de custeio da atividade referem-se, substancialmente, a recursos recebidos no âmbito de convênios mantidos com Fundación Telefónica e Fundación ProFuturo, destinados ao custeio da estrutura e da gestão das atividades da Fundação.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

As doações para projetos referem-se, substancialmente, a recursos recebidos de partes relacionadas para execução de projetos institucionais, entre os quais ProFuturo, Pense Grande Tech, Voluntariado, Mobilização e Ações humanitárias.

As gratuidades obtidas referem-se, substancialmente, a benefícios recebidos da Telefônica Brasil S.A., relacionados à cessão de uso de espaço físico e à disponibilização de utilidades e serviços, reconhecidos contabilmente pelo valor justo em contrapartida às respectivas despesas operacionais.

11.3. Partes relacionadas registradas no passivo

Descrição	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Projetos vinculados a executar	8	6.562.830	7.383.463
Rendimentos de aplicações financeiras a destinar (projetos)	9	9.305.313	7.698.724
Total		15.868.143	15.082.187

Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação apresentava no passivo circulante o montante de R\$ 6.562.830 (R\$ 7.383.463 em 31 de dezembro de 2024) na rubrica “Projetos vinculados a executar”, correspondente a recursos recebidos para execução de projetos ainda não integralmente consumidos até a data-base.

Na mesma data, a Fundação apresentava R\$ 9.305.313 (R\$ 7.698.724 em 31 de dezembro de 2024) na rubrica “Rendimentos de aplicações financeiras a destinar (projetos)”, correspondentes aos rendimentos auferidos sobre recursos vinculados a convênios e projetos, cuja destinação depende de deliberação da administração, observadas as condições dos respectivos instrumentos de colaboração.

11.4. Remuneração do pessoal-chave da administração

O Estatuto Social da Fundação possui previsão de não remuneração dos membros dos seus órgãos de administração, sendo eles o Conselho Curador, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. A Fundação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades. A remuneração, incluindo benefícios de curto prazo e encargos, paga ao pessoal-chave da administração, entendido como o grupo de executivos que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Fundação, totalizou o montante de R\$ 4.194.001 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.091.000 em 31 de dezembro de 2024). Não houve pagamento de outros benefícios, como de longo prazo e rescisão de contrato de trabalho.

12. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits/ déficits apurados anualmente, devendo ser administrados e utilizados apenas para o estrito cumprimento de seu objeto social.

Todo o patrimônio e receitas da Fundação deverão ser revertidos à manutenção e ao desenvolvimento de seu objeto social, sendo vedada a distribuição de qualquer parcela de patrimônio ou receita a qualquer título, entre os associados, instituidores, benfeitores, dirigentes, conselheiros ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários ao seu funcionamento administrativo.

No caso de dissolução da Fundação, o respectivo patrimônio social remanescente, após o pagamento de todas as dívidas e passivos, será transferido a entidade sem fins lucrativos nacional ou internacional com objeto social semelhante ao da Fundação, a ser escolhida e aprovada pela Assembleia Geral.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receitas das atividades

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuições e doações de custeio da atividade		
Convênio - Fundación España e Profuturo - Estratégia e Gestão	15.304.127	16.212.099
Outras doações recebidas	255.387	-
	15.559.514	16.212.099
Doações para projetos		
Convênio - Fundación Profuturo - Pro Futuro	14.423.768	13.984.764
Convênio - Fundación España - Pense Grande	8.054.987	9.773.503
Convênio - Fundación España - Voluntariado	5.237.574	6.933.725
Convênio - Fundación España e Profuturo - Mobilização	2.394.715	2.670.380
Convênio - Fundación España - Ações humanitárias (Nota Explicativa nº 8.f)	500.000	862.614
Receitas de doações para projetos	30.611.044	34.224.986
Total	46.170.558	50.437.085

14. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Doações e colaborações a terceiros	(21.365.509)	(23.275.650)
Prestação de serviços de terceiros	(7.665.218)	(9.928.942)
Publicidade, propaganda e pesquisas	(2.997.710)	(1.060.458)
Despesas tributárias	(833.878)	(64.774)
Gerais e administrativas	(714.982)	(2.838.641)
Outras receitas / (despesas)	-	186.126
Total	(33.577.297)	(36.982.339)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais e administrativas aplicadas nas principais atividades da Fundação:

Movimento período de 2025

	Projeto Pro Futuro	Projeto PenseGrande	Projeto Voluntariado	Mobilização	Organização	Ações Emergenciais	Total geral - período de 2025
Doações e colaborações a terceiros	(12.542.682)	(4.628.859)	(2.984.225)	(431.775)	(277.968)	(500.000)	(21.365.509)
Prestação de serviços de terceiros	(989.192)	(2.563.148)	(1.988.512)	(356.661)	(1.767.705)	-	(7.665.218)
Publicidade, propaganda e pesquisas	(590.528)	(571.444)	(135.910)	(1.576.370)	(123.458)	-	(2.997.710)
Despesas tributárias	-	-	-	-	(833.878)	-	(833.878)
Gerais e administrativas	(275.697)	(253.973)	(112.735)	(28.789)	(43.788)	-	(714.982)
Total	(14.398.099)	(8.017.424)	(5.221.382)	(2.393.595)	(3.046.797)	(500.000)	(33.577.297)

Movimentação período de 2024

	Projeto Pro Futuro	Projeto PenseGrande	Projeto Voluntariado	Mobilização	Organização	Total geral - Período de 2024
Doações e colaborações a terceiros	(12.984.709)	(5.043.195)	(3.073.867)	(836.619)	(1.337.260)	(23.275.650)
Prestação de serviços de terceiros	(587.730)	(3.399.390)	(3.514.692)	(443.106)	(1.984.024)	(9.928.942)
Publicidade, propaganda e pesquisas	(200.433)	(213.923)	(165.989)	(155.574)	(324.539)	(1.060.458)
Despesas tributárias	-	-	-	-	(64.774)	(64.774)
Outras receitas / (despesas)	-	-	-	-	186.126	186.126
Gerais e administrativas	(195.615)	(1.116.995)	(179.177)	(1.235.081)	(111.773)	(2.838.641)
Total	(13.968.487)	(9.773.503)	(6.933.725)	(2.670.380)	(3.636.244)	(36.982.339)

Para todas as entidades apoiadas pela Fundação Telefônica através de doações, são firmados contratos embasados em normativas internas, que garantem, por meio de prestações de contas trimestrais, que todos os recursos repassados a essas entidades são devidamente aplicados nos respectivos projetos. Todos os repasses financeiros acordados, somente são desembolsados mediante a validação do gestor do projeto na prestação de contas em questão.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesas com pessoal

	31/12/2025	31/12/2024
Salários, férias e 13º salário	(6.180.039)	(6.808.738)
Benefícios	(2.727.182)	(2.385.753)
Encargos sociais	(2.468.629)	(2.913.937)
Plano atuarial	(799.830)	(928.975)
Outras despesas com pessoal	(216.191)	(232.626)
Total	(12.391.871)	(13.270.029)

16. Resultado financeiro com restrições

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Plano de benefício de saúde pós-emprego	170.621	-
Plano Visão Multi	2.570	2.239
Total	173.191	2.239
Despesas financeiras		
Impostos sobre Operações Financeiras (IOF)	(119.194)	(161.925)
Variação cambial negativa	-	(25.031)
Total	(119.194)	(186.956)
Resultado financeiro	53.997	(184.717)

17. Trabalho voluntário

As receitas com trabalho voluntário quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG-2002 (R1) – Entidades sem finalidade de Lucros, a Fundação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação recebeu trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da administração e de governança, no exercício de suas funções administrativas e financeiras, o qual seria equivalente ao valor justo total de R\$ 87.340 (R\$ 99.167 em 31 de dezembro de 2024), apurado de acordo com a valorização pela taxa horária divulgada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Base salarial estimada para valorização do trabalho voluntário

Para o cálculo da valorização do trabalho voluntário, a Fundação utiliza como referência os valores divulgados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) para o segmento de empresa tradicional, sendo R\$ 1.427/h para Conselheiros e R\$ 348/h para o Conselho Fiscal. O cálculo é realizado com base nas convocações para reuniões e nas solicitações de viagens devidamente autorizadas, considerando os cargos ocupados e a composição da Administração vigente, identificada a partir da ata de eleição em vigor, na qual constam os membros do Conselho Curador e do Conselho Fiscal.

Cargos	2025		
	Número de participantes	Número de horas no ano	Total apurado - R\$
Conselho de administração	10	60	85.602
Conselho fiscal	3	5	1.738
Total	13	65	87.340

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cargos	2024		Total apurado - R\$
	Número de participantes	Número de horas no ano	
Conselho de administração	7	73	96.850
Conselho fiscal	3	6	2.317
Total	10	79	99.167

18. Gratuidades obtidas – despesas de estrutura

Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação recebeu serviços de forma gratuita de uma de suas mantenedoras, a Telefônica Brasil S.A, relacionados à cessão de uso do espaço físico e consumo de água, energia elétrica e internet, equivalente ao valor justo total de R\$ 257.591 (R\$ 247.243 em 31 de dezembro de 2024).

	31/12/2025	31/12/2024
Aluguel	186.558	177.148
Água, Energia e Internet	25.691	19.648
Limpeza e Manutenção	45.342	50.447
Total	257.591	247.243

19. Planos de previdência e benefícios pós-emprego**19.1 Plano de previdência pós-emprego**

A Fundação patrocina um plano de contribuição definida, o Plano de Benefícios Visão Telefônica, que atende cerca de 3 empregados (3 empregados em 2024), e o Plano Visão Multi, que atende cerca de 23 empregados em 2025 (28 empregados 2024). A contribuição da patrocinadora no ano de 2025 para os dois planos foi de R\$ 198.235 (R\$ 178.456 em 2024).

O plano é viabilizado através de contribuições feitas pelo participante e pela patrocinadora, creditadas em contas individuais. A Fundação é responsável pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção do plano, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes.

O participante pode fazer cinco tipos de contribuições ao plano, sendo: **(a)** contribuição normal básica: percentual de 2% do seu salário de participação; **(b)** contribuição normal adicional (opcional): percentual variável de 0% a 7% da parcela do salário de participação que for maior que 9 Unidades de Referência- padrão do Plano; **(c)** contribuição esporádica (opcional): percentual inteiro aplicável sobre o Salário de Participação, livremente escolhido pelo participante; **(d)** Específica (opcional): percentual inteiro livremente escolhido pelo participante aplicável sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela Patrocinadora; e **(e)** Suplementar (opcional): valor e frequência livremente escolhidos pelo participante.

Já a patrocinadora pode fazer três tipos de contribuições, sendo: **(a)** contribuição normal básica: contribuição igual a 100% da contribuição normal básica do participante; **(b)** contribuição normal adicional: igual a 100% da contribuição normal adicional do participante; e **(c)** voluntária (opcional).

A avaliação atuarial do plano foi efetuada em dezembro de 2025 e 2024, com base no cadastro dos participantes de 31 de julho de 2025 e 31 de julho de 2024, respectivamente, projetado para 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado.

Os ganhos e as perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata em Outros Resultados Abrangentes. Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

A provisão atuarial referente ao plano citado acima está registrada em “Provisão Atuarial – Plano de pensão”.

O ativo atuarial líquido registrado pela Fundação em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativo aos riscos de morte e invalidez do plano, é o seguinte:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Conciliação dos ativos e dos passivos atuariais

	31/12/2025 Visão	31/12/2024 Visão
Total do passivo atuarial	92.319	93.121
Valor justo dos ativos	(225.710)	(212.119)
Passivo (ativo) líquido	(133.391)	(118.998)
Limitador dos ativos	116.158	100.044
Ativo atuarial líquido	(17.233)	(18.954)

b) Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado

	31/12/2025 Visão	31/12/2024 Visão
Custo do serviço corrente	2.932	3.242
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial, líquido	(128)	37
Total	2.804	3.279

c) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31/12/2025 Visão	31/12/2024 Visão
(Ganhos) atuariais reconhecidos imediatamente	-	-
Efeito limitador	574	(404)
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	574	(404)

d) Movimentação do (ativo) passivo atuarial líquido

	31/12/2025	31/12/2024
(Ativo) do plano em 1º de janeiro	18.954	21.894
Despesas do exercício	(5.007)	(8.527)
Contribuições da Fundação no exercício	2.712	3.752
(Ganhos) atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes	574	1.835
(Ativo) do plano em 31 de dezembro	17.233	18.954
Ativo atuarial reconhecido no balanço	17.233	18.954

e) Movimentação do passivo atuarial

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo atuarial em 1º de janeiro	93.121	96.858
Custo do serviço corrente	7.577	8.527
Juros sobre o passivo atuarial	9.870	7.909
Contribuição de participantes vertidas no ano	2.710	1.929
(Ganhos) atuariais do exercício	(20.959)	(22.102)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	92.319	93.121

f) Movimentação dos ativos dos planos

	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	212.119	197.367
Benefícios pagos no exercício		
Contribuições da patrocinadora	2.712	3.752
Contribuições de participantes	2.710	1.929
Rendimento esperado dos ativos do plano no exercício	24.116	17.145
(Perdas)/ganhos atuariais sobre os ativos	(15.947)	(8.074)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	225.710	212.119

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Despesas previstas para o exercício de 2026

	Visão
Custo do serviço corrente	6.875
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquido	(2.281)
Total de despesas previstas para 2026	4.594

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Premissas atuariais

2025	Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para aposentadoria	Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial
Planos: Visão Telefônica e Visão Multi	11,67%	6,60%	3,50%	Elegibilidade do benefício de aposentadoria	11,67%

Obs.: Todas as taxas são nominais.

Além das premissas acima, foram adotadas outras premissas, como segue:

- Taxa de inflação: 4,00%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: Tábua Experiência Rotatividade Visão 2015-2017;
- Tábua de entrada em invalidez: *Light* - Fraca suavizada em 30%;
- Tábua de mortalidade: AT2000 *Basic* suavizada em 50%, segregada por sexo; e
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 *disabled female*.

2024	Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para aposentadoria	Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial
Planos: Visão Telefônica e Visão Multi	8,90%	6,60%	3,50%	Elegibilidade do benefício de aposentadoria	8,90%

Obs.: Todas as taxas são nominais.

Além das premissas acima, foram adotadas outras premissas, como segue:

- Taxa de inflação: 4,00%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: Tábua Experiência Rotatividade Visão 2015-2017;
- Tábua de entrada em invalidez: *Light* - Fraca suavizada em 30%;
- Tábua de mortalidade: AT2000 *Basic* suavizada em 50%, segregada por sexo; e
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 *disabled masculina*.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Rendimento esperado de longo prazo dos investimentos

	31/12/2025	31/12/2024
Percentual de alocação dos ativos dos planos	8,74%	9,40%
Instrumentos de capital	85,83%	84,57%
Instrumentos de dívida	5,43%	6,03%
Total	100%	100%
Retorno esperado dos ativos dos planos		
Instrumentos de capital	11,67%	8,90%
Instrumentos de dívida	11,67%	8,90%
Outros	11,67%	8,90%
Total	11,67%	8,90%

j) Histórico dos ativos e dos passivos observados

	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações	92.319	93.121
Valor justo dos ativos	225.710	212.119

k) Calendário de benefícios a serem pagos nos próximos exercícios

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante
Planos de pensão definida	16.992	16.813	16.997	17.126	17.215	133.895

19.2 Plano de benefício de saúde pós-emprego - Assistência Médica - Lei 9656/1998

Em setembro de 2025, ocorreram alterações no plano de saúde dos empregados e aposentados (Lei nº 9656/1998): a Fundação realizou revisão e ajustes na metodologia utilizada para a apuração dos custos médicos para empregados ativos e aposentados (elegíveis pela Lei nº 9.656), incluindo revisão de premissas, tais como: taxas de desconto do passivo atuarial, aging factor (aumento da utilização dos serviços médicos do período), take-up (percentual dos desligados/aposentados elegíveis ao benefício da Lei nº 9.656).

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei 9.656/98, no qual possuía 27 participantes em 31 de dezembro de 2025 (24 participantes em 31 de dezembro de 2024), utilizou o cadastro dos participantes com data base de 30 de setembro de 2025, projetado para 31 de dezembro de 2025 e o cadastro dos participantes com data base de 30 de setembro de 2024, projetado para 31 de dezembro de 2024.

Em atendimento à Lei 9.656/98, a Fundação Telefônica administra e patrocina, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano.

Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

Reconhecimento contábil

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração passou a reconhecer contabilmente, de forma integral, os efeitos relacionados a essa obrigação nas demonstrações contábeis, com base em avaliação atuarial atualizada e em revisão da metodologia anteriormente adotada para mensuração dos custos médicos e da obrigação associada ao benefício pós-emprego.

Dessa forma, a Fundação reconheceu, em 31 de dezembro de 2025, passivo atuarial no montante de R\$ 549.384, registrado no passivo não circulante, bem como reconheceu diretamente no patrimônio social os efeitos acumulados de exercícios anteriores, no montante de R\$ 665.859. Adicionalmente, as perdas atuariais apuradas no exercício, no valor de R\$ 54.146, foram reconhecidas em outros resultados abrangentes, em conformidade com a política contábil aplicável a benefícios pós-emprego.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avaliou esse evento como aprimoramento metodológico, considerando a natureza da obrigação, o histórico de reconhecimento contábil do plano e os requerimentos da norma contábil aplicável. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu pela não necessidade de reapresentação das informações comparativas de 31 de dezembro de 2024 devido a não materialidade dos efeitos.

Para fins de comparabilidade, a Fundação divulga a seguir a composição dos principais efeitos reconhecidos em 2025 relacionados a esse plano: **(i)** montante reconhecido diretamente no patrimônio social referente a exercícios anteriores, de R\$ 665.859; **(ii)** valores reconhecidos no resultado do exercício, de R\$ 170.621; **(iii)** perdas atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes, de R\$ 54.146; e **(iv)** passivo atuarial registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 549.384.

A Administração manterá a avaliação periódica desse plano com base em laudo atuarial atualizado, revisando, quando necessário, as premissas utilizadas e o tratamento contábil aplicável, bem como divulgando prospectivamente quaisquer efeitos relevantes decorrentes de alterações de premissas, metodologia ou interpretação normativa.

A seguir, é apresentado o detalhamento do passivo atuarial do plano de assistência médica pós-emprego:

a) Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

	31/12/2025	31/12/2024
	Lei 9656	Lei 9656
Valor presente de obrigação por benefício definido	(549.384)	-
Valor justo dos ativos dos planos	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	(549.384)	-

b) Valores reconhecidos na demonstração de resultado

	31/12/2025	31/12/2024
	Lei 9656	Lei 9656
Custo do serviço corrente	223.883	-
Benefícios pagos pelo empregador	10.070	-
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial, líquido	(63.332)	-
Total	170.621	-

c) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31/12/2025	31/12/2024 (i)
	Lei 9656	Lei 9656
(Ganhos) perdas atuariais	(54.146)	-
(Ganhos) perdas atuariais – exercícios anteriores (I)	(665.859)	-
Efeito limitador	-	--
Total	(720.005)	-

(I) Conforme letra **(i)** detalhada na Nota Explicativa nº 19.2.

d) Movimentação do passivo atuarial

	31/12/2025
	Lei 9656
Saldo inicial em 01/01/2025	-
(Ganhos) perdas atuariais – exercícios anteriores	(665.859)
Custo do serviço corrente	223.883
Juros líquidos sobre o passivo atuarial	(63.332)
(Ganhos) perdas atuariais no exercício	(54.146)
Benefícios pagos pelo empregador	10.070
Total	(549.384)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Premissas atuariais

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2025 são apresentadas a seguir:

	31/12/2025 Lei 9656
Taxa de desconto	10,79% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	6,61% a.a.
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	59 a 63 anos
Idade prevista para aposentadoria	59 a 63 anos

As premissas atuariais são revisadas periodicamente e refletem as melhores estimativas da Administração para a avaliação das obrigações com benefícios pós-emprego.

f) Estimativa de despesas para o exercício de 2026.

Com base na avaliação atuarial, as despesas estimadas a serem reconhecidas no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2026 são:

	Estimativa para 2026
Custo do serviço corrente	6.225
Juros sobre o passivo atuarial	59.960
Despesa total estimada	66.175

As estimativas apresentadas são baseadas nas premissas atuariais vigentes na data da avaliação e estão sujeitas a variações decorrentes de alterações nessas premissas, bem como da experiência real ao longo do exercício.

20. Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG2002(R1) em 02 de setembro de 2015. A Fundação, por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de isenção fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) – 25% sobre o superávit do exercício;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – 9% sobre superávit do exercício ;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) 3% sobre as receitas próprias;

21. Instrumentos financeiros

A Fundação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Fundação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível A – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- Nível B – Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo; e
- Nível C – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Fundação está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, a Fundação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Fundação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Fundação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Em relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Fundação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI e dos fundos de renda fixa.

22. Cobertura de seguros (não auditados)

A Fundação possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações.

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Tipo de cobertura	Cobertura	Limites e Exclusões
Seguro de responsabilidade civil	Responsabilidade civil por danos materiais, corporais e morais decorrentes das operações da Fundação Telefônica, na condição de segurada adicional/cossegurada.	Limites definidos nas Condições Gerais, Especiais e Particulares da apólice (não informados na declaração). Exclusões, franquias, limites máximos e perdas de direito conforme condições contratuais. Cobertura condicionada ao pagamento do prêmio.
Seguro de riscos tecnológicos	Responsabilidade civil por falhas, erros ou omissões relacionadas a riscos tecnológicos e prestação de serviços tecnológicos, com extensão à Fundação Telefônica como cossegurada.	Limites previstos nas Condições do Produto de Riscos Tecnológicos (não explicitados na declaração). Exclusões, franquias e perdas de direito conforme Condições Gerais, Especiais e Particulares. Cobertura condicionada ao pagamento do prêmio.
Seguro de responsabilidade civil para administradores, diretores e conselheiros (D&O)	Cobertura para administradores, diretores e conselheiros da Fundação Telefônica contra reclamações decorrentes de atos de gestão.	Documento apresentado indica LMI = R\$ 0,00 (sem detalhamento operacional). Exclusões de atos dolosos, fraude e demais riscos excluídos conforme Condições Contratuais do Seguro D&O.
Incêndio e danos materiais do escritório São Paulo	Condições Especiais para o Seguro de Incêndio, Inclusive Decorrente de Tumultos, Queda de Raio, Explosão de Qualquer Natureza e Implosão; - Condições Especiais para o Seguro de Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo e Fumaça; - Condições Especiais para o Seguro de Danos Elétricos; - Condições Especiais para o Seguro de Perda e/ou Pagamento de Aluguel; - Condições Especiais para o Seguro de Alagamento e/ou Inundação; - Condições Especiais para o Seguro de Impacto de Veículos Terrestres; - Condições Especiais para o Seguro de Quebra de Vidros; - Condições Especiais para o Seguro de Tumultos, Greves e Lock-Out.	Para fins deste seguro, o Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG) corresponde ao somatório dos Limites Máximos de Indenização fixados para as seguintes Garantias: Danos Materiais e Perdas Financeiras: • Garantia Básica: R\$ 392.620.384,28 • Perda e/ou Pagamento de Aluguel: R\$ 56.546.916,00

O escopo dos trabalhos dos nossos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Fundação e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

23. Transações que não afetam caixa

A seguir estão apresentadas as transações do ativo e passivo atuarial que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

	31/12/2025
Ativo atuarial líquido - plano de pensão	-
Ganhos atuariais líquidas - Plano Visão Multi	574
Passivo atuarial - plano de assistência médica	
Perdas atuariais líquidas - Plano de benefício de saúde pós-emprego - de exercícios anteriores	(665.859)
Perdas atuariais líquidas - Plano de benefício de saúde pós-emprego	(54.146)
	(720.005)
Total	(719.431)

* * *

Lia Carolina Ortiz de Barros Glaz
Diretora Presidente

Odair Barros da Silva
Diretor Financeiro

Eliete Correa
Contador - CRC SP-138747/O-9